

Lula corta emendas e aprova fundo eleitoral

Presidente vota R\$ 5,6 bilhões de propostas elaboradas por comissões e autoriza R\$ 4,9 bilhões para as eleições municipais

» INGRID SOARES
» HENRIQUE LESSA

O governo comprou mais uma rusga para o começo do ano legislativo. Em uma reunião a portas fechadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 e, em uma medida que pode trazer desgaste com o Congresso Nacional, o chefe do Executivo cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. Com isso, o valor deve retornar de R\$ 16 bilhões para R\$ 11 bilhões.

Depois do encontro com Lula, o relator-geral do projeto de lei, deputado federal Luiz Carlos Motta (PL/SP), disse que, em função da queda no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação, o governo enfrentará uma queda na previsão de arrecadação.

"O presidente elogiou o trabalho feito pela comissão, e, juntamente com o governo, precisamos achar uma solução para que esses vetos não causem prejuízo ao Orçamento, que foi muito bem construído pela nossa comissão, juntamente com os 16 relatores setoriais. Naturalmente, ficamos muito satisfeitos com a sanção, ao mesmo tempo, tristes com alguns cortes, mas mais alegres com o governo se comprometendo a rever esses cortes", disse Motta.

O parlamentar opositorista disse que a ministra do Planejamento Orçamento, Simone Tebet, se comprometeu em apresentar uma solução para o corte de R\$ 5,6 bilhões do Orçamento em emendas parlamentares antes da primeira sessão do Congresso, depois de encerrado o recesso do Parlamento. Sobre a possibilidade de derrubada do

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Relator da (LOA), deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) espera solução; senador Randolfe Rodrigues (sem partido) lembra que regime é presidencialista

Pedro França/Agência Senado



veto, o parlamentar disse ser possível, caso não se chegue a um acordo com o Congresso.

"Logicamente, se não se achar uma solução, o objetivo dos parlamentares será a derrubada do veto", declarou o parlamentar. Motta disse que os cortes foram feitos em emendas de comissão, sem dar detalhes. "Nós não sabemos onde vai ser cortado, ela (Simone Tebet) vai fazer esse levantamento, e vamos nos reunir na semana que vem", apontou.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido/AP), líder do governo no Congresso, reforçou que o

veto à emenda ocorreu por conta da queda da inflação e que o valor tem o objetivo de manter recursos para setores essenciais, além das obras do Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

"Esse veto foi, unicamente, em decorrência de uma circunstância, que tanto o governo quanto o Congresso tem que celebrar: a queda da inflação". É uma peça orçamentária que dará condições a continuar nesse ano de 2024 a obra da reconstrução nacional. Garante R\$ 54,5 bilhões para o PAC, que é o principal programa do governo; garante um

acréscimo de 18% nos recursos do Sistema Único de Saúde; garante um acréscimo de 11% nos recursos da educação; aumenta os recursos do orçamento da segurança pública, da segurança da gestão ambiental. É o maior orçamento da área de gestão ambiental pelo menos nos últimos quatro a cinco anos", alegou o líder do governo.

"Temos que agradecer ao Congresso Nacional por todo o debate que teve e pela sanção. É uma peça orçamentária que será elemento fundamental para a obra da reconstrução nacional".

O senador caracterizou como "atípico" o calendário já existente para pagamento da liberação de emendas, mesmo antes da sanção presidencial e sem previsão de receita.

"É uma compreensão que nós vamos conversar com o Congresso. Nós estamos à luz de um presidencialismo de coalizão. Mas é um regime presidencialista. Me parece ser um tanto atípica a delimitação, a deliberação de um calendário de pagamento de recursos apontados pelo Congresso Nacional sem a devida previsão de receita e sem o Executivo

dizer se tem a receita ou não", ponderou o parlamentar.

"Essa foi a avaliação do governo que um calendário de determinação sem ter a receita devida não era muito adequada. Essa é a razão do veto anterior deste dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias", acrescentou.

Descontentamento

Randolfe disse que o governo dialogará para encontrar "as melhores soluções necessárias". "Esse foi o veto apostado, mas, ao longo do ano tem o exercício da Lei Orçamentária e pode ter ajustes, pode ter recuperação em um dispositivo ou outro. Esse veto foi unicamente em decorrência de uma circunstância e é uma circunstância que tanto o governo quanto o Congresso têm que celebrar, que é a menor inflação deste ano de 2023", alegou.

Ele reforçou que "ao longo do ano pode haver incremento da receita". "A lei orçamentária não é estanque. É dinâmica. É possível, ao decorrer do ano, por ajustes em relação com PLN's, enfim, há inúmeras possibilidades para fazer ajustes necessários da reavaliação justa do Congresso", destacou.

Segundo o líder do governo na Casa, o presidente manteve o valor do Fundo Eleitoral estipulado pelos parlamentares, que aumentaram o repasse de R\$ 940 milhões para R\$ 4,96 bilhões.

Randolfe finalizou que esse é o único veto de Lula sobre valores aprovados no Orçamento. O texto sancionado deverá ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (23). Há uma expectativa se a meta de déficit zero para este ano será mantida, conforme aprovado no texto original.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7